



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
NÚCLEO DE ANÁLISE DOCUMENTAL**

**CONTRATO Nº 01/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO,  
POR INTERMÉDIO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO DA UNIÃO, E A EMPRESA SDR COMERCIO E  
TECNOLOGIA EM INFORMATICA EIRELI.**

**CONTRATANTE:** A UNIÃO, por intermédio da ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, CNPJ n.º 03.920.829/0001-09, situada na Avenida L-2 Sul Quadra 604, Lote 23, Brasília/DF, representada neste ato pelo Secretário de Administração, **IVAN DE ALMEIDA GUIMARÃES**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade n. 49.146D, CREA-RJ, e do CPF n. 536.661.607-78, residente e domiciliado nesta capital, ou, nas suas ausências e impedimentos, pelo Secretário Substituto de Administração, **EDMILSON MARTINS DE ALCÂNTARA**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade n. 497907, SSP/DF, e do CPF n. 145.764.811-34, residente e domiciliado nesta capital, no uso da competência que lhes foi atribuída nos termos da Portaria PGR/MPU n.º 69, de 08 de agosto de 2019, publicada no Boletim de Serviço de agosto de 2019 e do Regimento Interno da ESMPU, aprovado pela Resolução CONAD n.º 09, de 11 de outubro de 2019, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**;

**CONTRATADA:** **SDR COMERCIO E TECNOLOGIA EM INFORMATICA EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 31.460.781/0001-20, com sede no SHCN CL Quadra 406 Bloco: E 1º Andar Sala: 38 Bairro Asa Norte, Brasília-DF CEP: 70.847-550, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo Senhor **ALEXANDER LEMOS CAVALCANTE FERREIRA**, residente e domiciliado nesta capital, portador da Carteira de Identidade n.º 2.455.730 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o n.º 023.443.371-05, conforme procuração, que confere ao qualificado poderes para representá-la na assinatura do contrato, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

As partes acima identificadas têm entre si justo e avençado e por este instrumento celebram o presente contrato, na forma de fornecimento integral, em observância às disposições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do edital do Pregão Eletrônico n.º 02/2019, da Ata de Registro de Preços n.º 04/2019 e dos autos do Processo ESMPU n.º 0.01.000.1.006051/2018-14 e 0.01.000.1.001335/2019-79, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para o fornecimento de equipamentos de videoconferência, com 60 (sessenta) meses de garantia de hardware e software, incluindo os serviços de instalação, configuração, repasse tecnológico e suporte técnico, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

O fornecimento obedecerá ao estipulado neste contrato; às disposições do Edital do Pregão Eletrônico n.º 02/2019; à Ata de Registro de Preços n.º 04/2019; às obrigações assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA, datada de 13/02/2019, e dirigidas à CONTRATANTE; ao Termo de Referência n.º 374/2018; bem como aos demais documentos constantes do Processo ESMPU n.º 0.01.000.1.006051/2018-14 que, independentemente de transcrição, passam a integrar e complementar este contrato naquilo que não o contrariem.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

O fornecimento, objeto deste contrato, obedecerá às especificações abaixo e às constantes no Anexo I deste contrato:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
02	MONITORES/TELEVISORES	09

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os bens deverão ser entregues nas dependências da Escola Superior do Ministério Público, localizada no SGAS, quadra 604, lote 23, Brasília/DF, CEP 70.200-640, de segunda a sexta-feira, no período de 13h00 min as 19h00 min, com prévio agendamento por meio do telefone (61) 3313-5389.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE credenciais e orientações de acesso, tais como vídeo, manual, roteiro que permitam proceder a transmissão de conhecimento para os usuários dos equipamentos de videoconferência.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O prazo de entrega dos bens será de, no máximo, 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Caso se veja impossibilitada de cumprir com o prazo estipulado no parágrafo anterior, a CONTRATADA deverá, por escrito e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias corridos antes de expirar o prazo, solicitar prorrogação do prazo e apresentar justificativas.

**PARÁGRAFO QUINTO** - O pedido de prorrogação, com indicação do novo prazo, quando for o caso, deverá ser encaminhado à fiscalização da CONTRATANTE, que poderá, de modo justificado, acolher ou não o pedido.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Vencido o prazo de entrega ou de prorrogação e não cumprida a obrigação de entrega, a CONTRATANTE oficiará a CONTRATADA acerca do transcurso da data limite, passando o inadimplemento, a partir daí, a ser considerado como recusa ao cumprimento da obrigação pactuada e, por conseguinte, sujeitando a empresa às penalidades previstas em lei.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - Não serão aceitos, em hipótese alguma, embalagens violadas ou com outros danos que prejudiquem o acondicionamento e a qualidade do produto.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Serão rejeitados os produtos que não atendam aos requisitos constantes neste contrato.

## CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO

O objeto deste contrato será recebido provisoriamente, para efeito de verificação da conformidade dos bens conforme as especificações, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis e, após a verificação qualitativa e quantitativa, recebido definitivamente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste contrato e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela CONTRATANTE, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreto fornecimento dos bens.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O equipamento e seus acessórios ofertados (marca e modelo) não poderão estar em processo de descontinuidade e não poderão ser descontinuados até 60 (sessenta) dias após a data da abertura do certame.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Deverão ser entregues todos os cabos e manuais necessários à sua instalação bem como a de seus componentes.

## **CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As partes poderão celebrar acordo para supressão além do limite estabelecido no *caput* desta Cláusula, conforme estipulado no inciso II, do § 2º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA DO OBJETO**

A garantia dos equipamentos consiste na reparação das eventuais falhas e na substituição de peças e componentes originais que se apresentem defeituosos, durante todo o período de vigência da garantia para o serviço de garantia *on site*.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O prazo de garantia será de no mínimo 60 (sessenta) meses, contados a partir do dia útil subsequente à data do recebimento definitivo, e será prestada nas dependências da CONTRATANTE, na sua sede em Brasília-DF ou, de acordo com a necessidade do Órgão, em uma de suas unidades descentralizadas: São Paulo-SP, Rio de Janeiro-RJ, Recife-PE, Porto Alegre-RS e Belém-PA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A garantia, objeto desta cláusula, obedecerá as seguintes regras:

1. O suporte será dado na modalidade *on site*, e deverá ter início no dia útil seguinte ao da verificação do problema do equipamento ou componente e notificação à CONTRATADA;
2. A CONTRATADA deverá manter central de atendimento para abertura de chamados pelo menos no horário das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas, de segunda a sexta-feira;
3. A central deverá ser acionada, preferencialmente, por meio de ligação gratuita ou ligação local em Brasília-DF, podendo a empresa disponibilizar abertura de chamados pela internet;
4. Na abertura do chamado, a CONTRATADA deverá fornecer um número de registro diferenciado para acompanhamento de cada equipamento;
5. O início de atendimento e da resolução da assistência técnica da garantia será a hora da comunicação feita pela CONTRATANTE à CONTRATADA, conforme sistema de registro próprio do solicitante;
6. A CONTRATADA terá até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, para fornecer número de telefone ou endereço de *site* na internet da central de atendimento para abertura de chamados;
7. Os chamados deverão ser resolvidos em até 2 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil

seguinte à abertura do chamado;

8. Findo o prazo, sem a resolução do problema, a CONTRATADA deverá disponibilizar equipamento de especificação igual ou superior para garantir a continuidade dos trabalhos da CONTRATANTE, durante todo o período de execução do serviço de garantia;
9. O serviço de garantia será prestado com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE. A garantia deve englobar:
  - a. Remoção dos vícios apresentados pelos equipamentos, materiais e outros componentes;
  - b. Solução de problemas e esclarecimento de dúvidas de configuração e de utilização dos equipamentos;
  - c. As peças que apresentarem vícios no período de vigência da garantia devem ser substituídas por outras novas, de primeiro uso e apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
10. Os serviços deverão ocorrer de acordo com instruções a serem dadas por servidor da Secretaria de Tecnologia da Informação designado para esse fim;
11. A realização dos serviços previstos será acompanhada por profissional designado pela Secretaria de Tecnologia da Informação;
12. As atividades de prestação de serviços de garantia aos equipamentos deverão ocorrer em dias úteis, no período das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas;
13. A CONTRATADA deverá indicar, quando da assinatura do contrato, a empresa que prestará os serviços de garantia, podendo ser assistência técnica autorizada do fabricante;
14. A substituição da empresa indicada para a prestação da garantia somente poderá ser feita mediante autorização expressa da CONTRATANTE;
15. Em caso de descumprimento do prazo estabelecido para execução dos serviços afetos à garantia *on site*, sem que haja justificativa aceita pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará sujeita à multa equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor unitário do equipamento, por dia corrido de atraso, por ocorrência, até o limite de 15 % (quinze por cento) do valor do equipamento. Ao final do prazo de 30 (trinta) dias corridos, a CONTRATANTE poderá considerar inexecução parcial do contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Por via deste instrumento contratual, a CONTRATANTE se obriga a:

1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as especificações constantes do contrato e dos termos de sua proposta;
2. Prestar as informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
3. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato;
4. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
5. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela formalmente

indicada;

6. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução dos serviços;
7. Aplicar sanções administrativas quando se fizerem necessárias, após o direito da ampla defesa e do contraditório;
8. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Por via deste instrumento contratual, a CONTRATADA obriga-se a:

1. Executar os serviços conforme especificações deste contrato e de sua proposta.
2. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.
3. Manter, durante todo o período de prestação do serviço, todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação.
4. Responsabilizar-se, independentemente de fiscalização ou acompanhamento pela Administração, pelos prejuízos de qualquer natureza que venham a ser causados ao patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros, originados direta ou indiretamente dos serviços, decorrentes de dolo ou culpa de seus empregados, prepostos ou representantes, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade; não o cumprindo, legitimará o desconto do valor respectivo dos créditos a que porventura faça jus.
5. Solicitar por escrito e devidamente fundamentado quaisquer modificações na execução do serviço para análise e decisão da CONTRATANTE.
6. Comunicar imediatamente, de forma escrita e detalhada, à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a prestação do serviço.
7. Disponibilizar endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados.
8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.
9. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento prévio e por escrito da CONTRATANTE.
10. Garantir à CONTRATANTE o pleno acesso aos sites do fabricante da solução contratada, com direito a consultas a quaisquer bases de dados disponíveis para usuários.
11. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os bens fornecidos em que forem constatados imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções, no prazo estipulado pela CONTRATANTE.
12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de

dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
14. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas neste Contrato.
15. Adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG N. 01, de 19 de janeiro de 2010.
16. Não caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira.
17. Não ter no seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação na ESMPU, sob pena de rescisão contratual, conforme Resolução CNMP nº 37/2009.

#### **CLÁUSULA NONA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução deste contrato correrão à conta da Categoria Econômica 44.90.52.33 - Equipamentos para áudio e vídeo, do Programa/Atividade 03128058120HP0001, constante do Orçamento Geral da União para este fim.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Para cobertura das despesas foi emitida a Nota de Empenho nº 2019NE000700, de 19/12/2019, no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO**

O valor total da contratação é de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), conforme valores unitários abaixo.

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Qtde.</b>	<b>Valor Unitário (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
2	MONITORES/TELEVISORES	09	3.000,00	27.000,00

**PARÁGRAFO ÚNICO** – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA até o 10º (décimo) dia útil, contado do recebimento definitivo dos bens efetivamente fornecidos, por meio de ordem bancária creditada em conta corrente. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que a CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal/fatura em nome da Escola Superior do Ministério Público da União, CNPJ nº 03.920.829/0001-09, e discriminar os percentuais e os valores dos tributos a que estiver obrigada a recolher em razão de norma legal.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo setor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos bens efetivamente fornecidos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta, ou inadimplência contratual, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a comprovação da regular situação da CONTRATADA perante o INSS, FGTS, Receita Federal (dívida ativa da união e tributos federais), Estadual ou Distrital do seu domicílio ou sede, bem como regularidade trabalhista (CNDT atualizada).

**PARÁGRAFO SEXTO** – Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

**PARÁGRAFO NONO** – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** – Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – Do montante devido à CONTRATADA, poderão ser deduzidos os valores correspondentes a multas e/ou indenizações impostas pela CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de

atualização financeira devida pela CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Em que:

**EM** = Encargos Moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela pertinente a ser paga;

**TX** = Percentual da taxa anual = 6%

**I** = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(6/100)}{365} \rightarrow I = 0,00016438$$

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INEXISTÊNCIA DE REAJUSTE**

O preço é fixo e irrevogável.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES**

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
4. comportar-se de modo inidôneo;
5. cometer fraude fiscal;
6. não manter a proposta

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no parágrafo anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;
2. multa compensatória de 10% ( dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto;
3. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;



4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do item acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até dois anos;
6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**PARÁGRAFO QUINTO** – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Se o valor da multa não for depositado na conta do Tesouro Nacional, a CONTRATANTE poderá, a seu critério, descontar automaticamente da primeira parcela de crédito que a CONTRATADA vier a fazer jus, e se o valor for superior a esta, poderá ser abatido do valor da garantia de execução do contrato, se houver, ou cobrado judicialmente.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Em todos os casos de aplicação de multa pecuniária, o valor será acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Da decisão de aplicação de uma ou mais penalidades previstas na cláusula anterior, caberá recurso administrativo, na forma prevista do art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Na hipótese de aplicação das penalidades de advertência, multa ou suspensão temporária, referidas na Cláusula anterior, caberá recurso dirigido ao Diretor-Geral da ESMPU, por intermédio do Secretário de Administração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato de aplicação da penalidade.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O Secretário de Administração poderá, respeitado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou, no mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, para apreciação e decisão do Diretor-Geral.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Na hipótese de aplicação das penalidades previstas no artigo 87, IV, da Lei 8666/93 e no artigo 7º da Lei 10.520/2002, caberá pedido de reconsideração dirigido ao Diretor-Geral da ESMPU, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato de aplicação da penalidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA**

Este contrato poderá ser rescindido, por sua inexecução total ou parcial, nas hipóteses e nas formas previstas nos arts. 78 e 79 da Lei n. 8.666/1993, desde que os motivos sejam formalmente fundamentados nos autos do processo e possibilite-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Poderá o presente contrato ser rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, consoante o disposto no inc. II do art. 79 da Lei n. 8666/93, sem prejuízo do estabelecido no parágrafo segundo do mesmo artigo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA FISCALIZAÇÃO**

A fiscalização e o acompanhamento do fornecimento será exercida por representantes designados pela CONTRATANTE, de acordo com o art. 67, da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Ao responsável pela fiscalização competirá dirimir dúvidas que surgirem na sua execução e anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento mencionado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e sugerindo aplicação de penalidade, caso a CONTRATADA desobedeça a quaisquer condições estabelecidas na contratação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE e/ou terceiros.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A CONTRATADA deverá indicar um preposto que representará a empresa, mantendo permanente contato com a CONTRATANTE, dirimindo os problemas que venham surgir no andamento do fornecimento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato vigorará a partir da data da última assinatura eletrônica deste instrumento até 90 (noventa) dias após o recebimento definitivo do última etapa do objeto, o que não exclui as obrigações da CONTRATADA durante o prazo de garantia do objeto.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O contrato poderá ser prorrogado nas hipóteses elencadas no §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

A CONTRATANTE publicará, à sua conta e no prazo estipulado no artigo 20 do Decreto nº 3.555/2000, extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA VALIDADE**

Este contrato foi devidamente analisado pela assessoria jurídica competente, com parecer favorável, atendendo ao disposto no parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem as Leis nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e nº 8.666, de 21 de junho de 1993; nos Decretos nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, e nº 5.450, de 31 de maio de 2005; e demais normas atinentes à matéria.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO**

As partes, de comum acordo, elegem o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir as dúvidas originárias da execução do fornecimento objeto deste instrumento contratual, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, firmam o presente, comprometendo-se a cumprir e a fazer cumprir, por si e por seus sucessores, em juízo ou fora dele, tão fielmente como nele se contém.

## **ANEXO I**

### **DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

#### **Requisitos básicos do equipamento: ITEM 2 - Monitores / Televisores:**

1. Tamanho da tela mínima de: 55 (cinquenta e cinco) polegadas diagonal;
2. Suportar as resoluções de no mínimo, 1080p e 1920x1080;
3. Possuir, pelo menos, 2 (dois) conectores soquete fêmea padrão HDMI, conforme especificação HDMI Type A versão mínima de 1.2 para entrada de sinais de vídeo digital;
4. Possuir 1 (um) conector entrada de sinais RGB-HV ou vídeo componente;
5. Frequência operacional mínima de 50/60 Hz;
6. Latência de 15 (quinze) milissegundos ou inferior;
7. Nível de Brilho de 300 (trezentos) cd/m<sup>2</sup> ou superior;
8. Nível de Contraste de 300:1 ou superior;
9. Possuir ângulo de visão de 165 a 185;
10. Deverá possuir fonte de alimentação elétrica com chaveamento automático (“bivolt”) para 110/240 Volts e frequência de 60 (sessenta) Hz;
11. Deverá possuir ao menos 1 (uma) porta USB;
12. Deverá possuir interface de rede Wi-Fi nativa (vedado o uso de adaptador).



Documento assinado eletronicamente por **alexander lemos cavalcante ferreira**, **Usuário Externo**, em 14/01/2020, às 08:54 (horário de Brasília), conforme a Portaria ESMPU nº 21, de 3 de março de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **IVAN DE ALMEIDA GUIMARÃES**, **Secretário de Administração**, em 14/01/2020, às 13:33 (horário de Brasília), conforme a Portaria ESMPU nº 21, de 3 de março de 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.escola.mpu.mp.br/sei/autenticidade> informando o código verificador **0210406** e o código CRC **75455AD1**.

SGAS Avenida L2 Sul, Quadra 604, Lote 23 - Bairro Asa Sul - CEP 72904-060 Brasília - DF  
Telefone: (61) 3313-5115 - <http://escola.mpu.mp.br/>

Processo nº: 0.01.000.1.001335/2019-79  
ID SEI nº: 0210406

## EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 1927/2019

Termo de Credenciamento nº 1927/2019, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MARLENE SPIR LTDA. Objeto: prestação de Serviços Paramédicos. Processo: 1.34.009.000306/2019-61. Nota de Empenho/MPF: n.º 2019NE000226, de 29/01/2019, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPF: n.º 2019NE000005, de 14/01/2019, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPM: n.º 2019NE000024, de 03/01/2019, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPDFT: n.º 2019NE000123, de 06/02/2019, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040053. Nota de Empenho/CNMP: n.º 2019NE000220, de 18/02/2019, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301210020045664. Vigência: 25/10/2019 a 24/10/2024. Assinatura: pelo Credenciante MARCIUS CORREIA LIMA pelo Credenciado MARLENE SPIR.

## EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2020

Termo de Credenciamento nº 1/2020, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e TATIANA FRANÇA BARRETO para prestação de serviços odontológicos. Processo: 1.00.000.025653/2018-83. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPF: n.º 2019NE000115, de 29/01/2019, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPM: n.º 2019NE000027, de 10/01/2019, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPDFT: n.º 2019NE000123, de 06/02/2019, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301210020045664. Nota de Empenho/CNMP: n.º 2019NE000220, de 18/02/2019. Vigência: 14/01/2020 a 13/01/2025. Assinatura: pelo Credenciante MARCIUS CORREIA LIMA (Diretor Executivo) pelo Credenciado TATIANA FRANÇA BARRETO (Proprietária).

## EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 2016/2019

Termo de Credenciamento nº 2016/2019, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a FLUIR TERAPIA E PILATES LTDA para prestação de serviços paramédicos. Processo: 1.00.000.017712/2019-21. Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPF: n.º 2019NE000115, de 29/01/2019, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPM: n.º 2019NE000027, de 10/01/2019, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301058120040001. Nota de Empenho/MPDFT: n.º 2019NE000123, de 06/02/2019, Elemento de despesa: 33.90.39. Programa de Trabalho: n.º 03301210020045664. Nota de Empenho/CNMP: n.º 2019NE000220, de 18/02/2019. Vigência: 14/01/2020 a 13/01/2025. Assinatura: pelo Credenciante MARCIUS CORREIA LIMA (Diretor Executivo) pelo Credenciado NILTON CIMINO CORREA (Administrador).

## ESCOLA SUPERIOR

## EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 01/2020. Contratante: União, por intermédio da ESMPU. Contratada: SDR COMERCIO E TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA EIRELI (CNPJ 31.460.781/0001-20). Objeto: Fornecimento de equipamentos de videoconferência (monitores). Modalidade: Pregão Eletrônico nº 02/2019, da Ata de Registro de Preços nº 04/2019. Vigência: de 14/01/2020 até 27/06/2020. Data de Assinatura: 14/01/2020. Valor Total: R\$ 27.000,00. Nota de Empenho: n.º 2019NE000700, de 19/12/2019. Programa de Trabalho: 03128058120HP0001. Elemento de Despesa: 44.90.52.33. Processo: 1335/2019-79. Signatários: IVAN DE ALMEIDA GUIMARÃES, pela Contratante, ALEXANDER LEMOS CAVALCANTE FERREIRA, pela Contratada.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
**SECRETARIA-GERAL**

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Espécie: Contrato nº 042/SG/MPDFT/2019. Processo nº 08191.108694/2019-52. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT; CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: CEB DISTRIBUIÇÃO S/A; CNPJ: 07.522.669/0001-92. Objeto: regular, exclusivamente, segundo a estrutura da tarifa de Baixa Tensão, o fornecimento de energia elétrica ao MPDFT, pela CONTRATADA, necessário ao funcionamento das instalações do estacionamento da Promotoria de Justiça de Sobradinho, na localidade listada abaixo, sob sua responsabilidade, com exceção da Iluminação Pública. Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação, fundamentada no art. 24, XXII, da Lei nº 8.666/1993. Vigência: a contar de 29/12/2019. Programa de Trabalho: 03062058142610053, Elemento de Despesa: 339039 e 339047; Nota de Empenho: 2019NE000081 e 2019NE000082. Data: 24/1/2019. Emitente UG/Gestão 200009/MPDFT/00001 - Tesouro Nacional. Signatários: MPDFT: RENATO LUQUEIZ SALLES, Secretário-Geral Adjunto; CONTRATADA: SELMA BATISTA DO RÉGO LEAL, Gerente de Grandes Clientes. Data da assinatura: 20 de dezembro de 2019.

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2020 - UASG 200100**

Nº Processo: 006356/2019-10. Objeto: Aquisição de material médico-hospitalar destinados a suprir a Secretaria de Serviços Integrados de Saúde da Procuradoria Geral da República (PGR), PR-DF e PRR 1º Região.. Total de Itens Licitados: 63. Edital: 16/01/2020 das 08h00 às 17h59. Endereço: Saf Sul, Qd. 4, Conj. "c", Blocos de "a" a "f" - Plano Piloto, - BRASÍLIA/DF ou [www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200100-5-00006-2020](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200100-5-00006-2020). Entrega das Propostas: a partir de 16/01/2020 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 28/01/2020 às 10h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

LEONARDO SANTOS DA COSTA  
Coordenador de Licitações e Disputas Eletrônicas

(SIASGnet - 15/01/2020) 200100-00001-2020NE000001

## EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Termo de Contrato nº 52/2019. Contratantes: Ministério Público Federal e a empresa Drogaria Liberal e Pereira Eireli-ME. CNPJ: 13.544.130/0001-37. Objeto: Fornecimento de medicamentos, soluções e materiais médico-hospitalares destinados à Secretaria de Serviços Integrados de Saúde da Procuradoria-Geral da República. Modalidade: Pregão Eletrônico. Valor total estimado: R\$ 84.640,00. Vigência: 01/01/2020 a 31/12/2020. Data de Assinatura: 30/12/2019. Nota de Empenho: 2019NE001568, de 30/12/2019. Programa de Trabalho: 03062058142640001. Elemento de Despesa: 3.3.90.30-09. Signatários: pelo Contratante, DENISE CHRISTINA DE REZENDE NICOLAIDIS, Secretária de Administração e, JOSÉ VILMAR PEREIRA DO CARMO, Procurador. Processo MPF/PGR: 1.00.000.006869/2019-21.

## EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Termo de Contrato nº 53/2019. Contratantes: Ministério Público Federal e a empresa DRIVE A INFORMÁTICA LTDA, CNPJ: 00.677.870/0005-23. Objeto: Aquisição de servidores de rede, gavetas e discos para armazenamento e backup, com serviços de instalação e configuração, com garantia de suporte técnico por 60 meses. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 34/2019-MPF/PGR. Valor total: R\$ 3.228.486,80. Vigência: da data da assinatura até 90 (noventa) dias após o recebimento definitivo da última etapa dos serviços. Data de Assinatura: 30/12/2019. Nota de Empenho: 2019NE001566 e 2019NE1567, de 130/12/2019. Programa de Trabalho: 03062058142640001. Elemento de Despesa: 44.9052-43 e 33.90.40-11. Signatários: pelo Contratante, DENISE CHRISTINA DE REZENDE NICOLAIDIS, Secretária de Administração; e pela Contratada, RENATO GOMES FERREIRA, Processo MPF/PGR: 1.00.000.026600/2019-61.

## EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Termo de Contrato nº 54/2019. Contratantes: Ministério Público Federal e a empresa Infra Jornalismo Ltda CNPJ: 27.553.286/0001-99. Objeto: Contratação de assinatura dos serviços de notícias Infranotícias e Infraenergia. Modalidade: Inexigibilidade. Valor total: R\$ 11.760,00. Vigência: 31/12/2019 a 30/12/2020. Data de Assinatura: 31/12/2019. Nota de Empenho: 2019NE001587, de 30/12/2019. Programa de Trabalho: 03062058142640001. Elemento de Despesa: 3.3.90.39-01. Signatários: pelo Contratante, DENISE CHRISTINA DE REZENDE NICOLAIDIS, Secretária de Administração; e pela Contratada, DIMMI BARBOSA AMORA, Sócio. Processo MPF/PGR: 1.00.000.018045/2019-01.

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 45/2017. Contratantes: Ministério Público Federal e a empresa SAMIO BANDEIRA ME. CNPJ: 14.860.358/0001-07. Objeto: prorrogar o prazo de vigência contratual por 12 (doze) meses, e alteração do valor inicial do contrato em 1,08%, em decorrência de acréscimo de quantitativo. Vigência: 02/01/2020 a 01/01/2021. Data de Assinatura: 31/12/2019. Valor Total do Termo Aditivo: R\$ 66.286,27. Valor Global do Contrato: R\$ 188.176,51. Nota de Empenho: será informado por meio de apostilamento. Programa de Trabalho: 03062058142640001. Elemento de Despesa: 3.3.90.39. Signatários: pelo Contratante, DENISE CHRISTINA DE REZENDE NICOLAIDIS, Secretária de Administração; e pela Contratada, SAMIO BANDEIRA, Sócio. Processo MPF/PGR: 1.00.000.022463/2018-12.

## PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO

## AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

A Procuradoria Regional da República da 1ª Região, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 15 da Lei nº 8.666/1993, e no Decreto nº 7.892/2013, e tendo em vista o objeto do Pregão nº 25/2019, para a eventual aquisição de aparelhos condicionadores de ar, para atender as demandas do edifício-sede da Procuradoria Regional da República da 1ª Região, torna público o Registro de Preços, conforme Ata nº 12-C/2019, com validade de 27/12/2019 a 26/12/2020. Fornecedor e relação de preços anexos ao Processo nº 1.01.000.000628/2019-31. Empresa registrada: AGASERV Comércio e Assistência Técnica EIRELI, CNPJ nº 77.853.083/0001-96, no valor estimado de R\$ 8.998,46 (oito mil, novecentos e noventa e oito reais e quarenta e seis centavos).

MARIANA ARAUJO VIANA  
Chefe da Divisão de Contratações e Gestão Contratual

## AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

A Procuradoria Regional da República da 1ª Região, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 15 da Lei 8.666/1993, e no Decreto nº 7.892/2013, e tendo em vista o objeto do Pregão nº 23/2019, para a contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de piso vinílico para atender as demandas da Procuradoria Regional da República da 1ª Região, com fornecedores e relação de preços anexos ao Processo nº 1.01.000.000538/2019-40, torna público o Registro de Preços, conforme Ata nº 11/2019, válida de 27/12/2019 a 26/12/2020, empresa registrada: Minas Brasília Revestimentos e Decorações LTDA, CNPJ nº 21.347.527/0001-67, no valor estimado de R\$ 250.877,00 (duzentos e cinquenta mil, oitocentos e setenta e sete reais);

MARIANA ARAUJO VIANA  
Chefe da Divisão de Contratações e Gestão Contratual

## PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO

## EXTRATO DE CONTRATO PRR/RJ/COORADM 02/2020

Contratante: A União Federal, por intermédio da Procuradoria Regional da República - 2ª Região. Contratada: Núcleo Básico Tecnologia e Informação Eireli EPP. CNPJ nº 02.402.925/0001-94. Objeto: Serviço de tratamento documental para a Procuradoria Regional da República da 2ª Região, situado na Av. Almirante Barroso, 54, CEP 20031-000, Rio de Janeiro - RJ. Valor total: R\$ 174.544,00. Data da assinatura: 14.01.2020. Natureza da Despesa: 33903905. Programa de Trabalho: 03.062.0581.4264.0001. Fundamento Legal: Lei 8.666/1993. Processo: 1.02.000.002086/2019-01. Assinaturas: Heitor Roméro Cajaty - Secretário Regional, pela Contratante e Rafaela Nunes Salla, Representante Legal, pela Contratada.

## PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2020 - UASG 200207**

Nº Processo: 1.05.0403/2019-35. Objeto: Contratação de empresas especializadas para fornecimento de água mineral, natural, sem gás, em garrações de 20 litros, com entregas semanais; e de gás de cozinha (recarga de botijão de 13 kg), com entregas eventuais, durante o ano de 2020, para a Procuradoria Regional da República da 5ª Região, localizada na Avenida Frei Matias Téves, 65 - Ilha do Leite, Recife-PE.. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 16/01/2020 das 10h30 às 17h30. Endereço: Rua Frei Matias Teves, Nº 65, Ilha do Leite - Recife/PE ou [www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200207-5-00001-2020](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200207-5-00001-2020). Entrega das Propostas: a partir de 16/01/2020 às 10h30 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 28/01/2020 às 14h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

RACHEL RODRIGUES WANDERLEY  
Pregoeira

(SIASGnet - 15/01/2020) 200100-00001-2020NE000001

## EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Contratantes: União Federal/PRR 5ª Região e a Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, CNPJ nº 09.769.035/0001-64. Objeto: Fornecimento de água e serviço de esgoto para esta PRR5ª no exercício de 2020 Fundamento Legal: artigo 25, I, da Lei 8.666/93, atualizada Ratificação: Marcelo Alves Dias de Souza, Procurador-Chefe, Processo 1.05.000.000002/2020-19. Recife, 09/01/2020.

